

# Aborto volta a Tribunal

**Julgamento dia 31 de Março em Setúbal**

Três mulheres em julgamento pela prática de aborto! Isto na sequência de tantas outras que, face ao aumento do número de processos de investigação pela prática de aborto clandestino – enfermeiras, parteiras, médicos, mulheres, se têm vindo a sentar no banco dos réus. Entretanto, continuam a chegar aos hospitais mulheres vítimas de sequelas de aborto praticado em condições de insegurança e clandestinidade.

Tudo isto com custos no que toca à saúde sexual e reprodutiva das portuguesas. E à revelia das diversas recomendações internacionais que apelam a que se acabe com perseguições judiciais a mulheres e se elimine o aborto praticado em condições de risco para a sua saúde.



## Aborto clandestino e julgamentos de mulheres: Por quanto tempo mais?

Nas eleições de 20 de Fevereiro, PSD e CDS-PP sofreram uma pesada derrota. Hoje, a actual Assembleia da República apresenta a maior maioria de sempre de partidos em condições de enfrentar a dura realidade do aborto clandestino.

O PS converge com o BE na necessidade de novo referendo, refugiando-se no «escrúpulo democrático». Escrúpulo que faltou quando, após a aprovação de uma lei, PS e PSD acordaram na realização de referendo, em total desrespeito pelo papel da Assembleia da República no exercício do poder legislativo.

## Mudar a lei do aborto Sem recurso a Referendo!

O PCP rejeita a ideia de que seja necessário novo referendo. Recorda-se que o referendo de 1998 tem sido invocado para tentar negar a plena legitimidade da AR para legislar sobre a matéria. Acontece que tal referendo não teve carácter vinculativo, visto que votaram apenas 31,9% dos eleitores. E mesmo que tivesse tido mais de 50% de votantes o seu efeito vinculativo já teria há muito caducado, passados que são oito anos dessa consulta.

A total legitimidade da Assembleia da República para proceder à votação de nova lei sem recurso a referendo, ficou demonstrada na votação do debate parlamentar agendado pelo PCP, em Março de 2004.

Despenalizar a interrupção voluntária da gravidez na Assembleia da República sem referendo prévio não significa desrespeitar a vontade dos(as) eleitores(as) porque das últimas eleições saiu uma ampla maioria parlamentar constituída por forças que, na campanha eleitoral, se afirmaram favoráveis à despenalização do aborto.



## Aborto clandestino: décadas de oportunidades perdidas

Desde 1982 que o PCP tem vindo a lutar, na Assembleia da República e fora dela, pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Ao longo de mais de duas décadas o comportamento político das direcções do PSD, do CDS e do PS convergiu na manutenção da dimensão social e política do aborto clandestino.

Os partidos de direita PSD/CDS-PP e os sectores mais conservadores oscilaram sempre, por um lado, entre o silêncio e a inércia no que respeita às graves consequências do aborto clandestino e, por outro, numa activa oposição à despenalização do aborto em todos os momentos em que, por iniciativa do PCP, surgisse qualquer possibilidade de despoletar alterações ao quadro legal vigente. Assim foi em 1982, 1984, 1997, 1998 e 2004.

As direcções do Partido Socialista, mesmo quando em maioria parlamentar (1984, 1997, 1998), deixaram-se sempre aprisionar pelas pressões dos partidos de direita e pelos sectores mais conservadores, em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.

Em 1984, só muito tardiamente o PS apresentou o seu projecto de lei, que viria a ser aprovado e cujo conteúdo ficou muito aquém do que era necessário. Uma lei que tem sofrido fortes resistências e interpretações restritivas por parte dos serviços de saúde e que não contempla todas as razões que levam as mulheres a decidirem-se pelo aborto.

Em 1997, apesar da existência de uma maioria parlamentar PS e PCP, não foi possível dar novos passos na despenalização do aborto. O projecto do PS foi rejeitado por deputados socialistas, não obstante este partido ter criado a expectativa na sociedade de que finalmente se avançaria.

Em 1998, a Assembleia da República chegou a aprovar na generalidade um projecto de lei de despenalização, cujo processo viria a ser interrompido pela convocação de um referendo sobre a matéria, acordado, da noite para o dia, entre os então líderes do PS e PSD.

Entre 2002 e 2004, a maioria PSD e CDS-PP (parlamentar e de governo) fomentou a estigmatização social das mulheres que abortam, opôs-se sistematicamente à despenalização do aborto até às 12 semanas a pedido da mulher, e foi cúmplice com as forças mais obscurantistas que se opõem à contracepção, incluindo a de emergência.

# Mudar a lei do aborto sem mais demoras!

Já se perdeu tempo de mais. Em trinta anos de democracia foram perdidas várias oportunidades no encarar desta realidade. A despenalização da interrupção voluntária da gravidez não pode esperar mais!

O PCP apresentou a 11 de Março o seu projecto-lei de despenalização do aborto a pedido da mulher até às 12 semanas. Porque aprovar uma nova lei é a única forma de pôr fim a uma lei penal que não tem eficácia no combate ao aborto, apenas o torna clandestino, desprotegido e perigoso para a saúde física e psíquica da mulher e por vezes para a sua própria vida. Porque aprovar uma nova lei é a única forma de pôr fim às sucessivas investigações, devassas, humilhações, julgamentos e condenações de mulheres que nos últimos anos se repetiram em vários processos judiciais.

O PCP continuará a intervir na Assembleia da República e fora dela pela alteração de uma lei que maltrata as mulheres que recorrem ao aborto como de criminosas se tratasse, e pela aprovação de uma lei que respeite a capacidade de decisão das mulheres e que se integre na defesa dos seus direitos sexuais e reprodutivos.

O PCP continuará a intervir em defesa do conjunto dos direitos sexuais e reprodutivos, designadamente pela generalização da educação sexual nas escolas, pela ampliação das consultas de planeamento familiar, acessibilidade à contracepção (incluindo a de emergência).



**Porque é preciso acabar  
com o aborto clandestino  
sem demora,  
dá força à posição do PCP  
e dos que lutam  
pela despenalização do aborto  
sem recurso a Referendo!**

**Deixe-nos o seu contacto  
se pretender receber informação do PCP**



NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

**Recorte e envie para:**

Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

**www.pcp.pt**  
**e-mail: pcp@pcp.pt**